



Estado do Maranhão
Município de **Morros**
DIÁRIO OFICIAL



Índice

Licitação	3
Aviso	3
Julgamento	4

EXPEDIENTE

CARGO	NOME
Prefeito	Sidrack Santos Feitosa
Vice	Fabiano Lopes
Secretaria de Governo	Maria de Jesus Samineses Feitosa
Secretaria de Administração e Desenvolvimento Institucional	Elcio Maciel da Silva
Secretaria de Educação	Izaias Lopes Bezerra
Secretaria de Comunicação	José Santana Rodrigues Filho
Secretaria de Meio Ambiente e Turismo	Marcos Davi Silva de Carvalho
Secretaria de Agricultura Pesca e Abastecimento	Domingos Fernando Maia Ribeiro
Secretaria de Desportos e Lazer	Willian Henrique Sousa
Secretaria de Saúde	Rodrigo Cesar Rocha Chagas
Secretaria de Obras	Samuel Abreu Silva
Secretaria de Fazenda	Inacio Santos Feitosa
Secretaria de Cultura	Marcio Gonçalves Costa
Secretaria de Assistência Social	Maria do Espírito Santo Silva Rodrigues
Secretaria da Mulher	Eliene Rocha Pestana
Coordenador eDom - Diário Oficial	José Ribamar Gomes Cardoso
Chefe de Gabinete	Carlos Alberto - Carlão

Licitação

DESPACHO EM RECURSO ADMINISTRATIVO PP N° 035/2017

DESPACHO EM RECURSO ADMINISTRATIVO Pregão Presencial n° 035/2017 Recorrentes: GCS EQUIPAMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP e VML TRANSPORTE LTDA. **RELATÓRIO** Trata-se de processo administrativo instaurado na forma da Lei n° 8.666/93, para contratação de empresa especializada para **prestação de serviços de locação de veículos para o transporte escolar da rede municipal de ensino de Morros/MA**, para o exercício de 2017, por meio de processo licitatório na modalidade pregão presencial. Verificado o cumprimento dos requisitos pertinentes à publicidade, a sessão para recebimento e abertura dos envelopes de proposta de preços e habilitação, foi aberta em 31 de outubro de 2017, às 11h00, com a presença dos representantes das empresas **GCS EQUIPAMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, CNPJ n° 08.463.169/0001-90; **ITACOOP COOPERATIVA E TRANSPORTE ESCOLAR DE ITAPECURU MIRIM**, CNPJ n° 07.813.177/0001-56; **D C N DOS SANTOS EIRELE - ME**, CNPJ n° 11.983.714/000-83; **VML TRANSPORTES LTDA - ME**, CNPJ n° 17.228.441/0001-48 e **CONSERV CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME**, CNPJ n° 08.476.683/0001-60. A exceção da empresa **CONSERV CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME**, todas as concorrentes tiveram os seus representantes credenciados para participar da sessão. Abertos os envelopes contendo as propostas de preços, as Empresas GCS EQUIPAMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 08.463.169/0001-90 e VML TRANSPORTES LTDA-ME, CNPJ: 17.228.441/0001-48, tiveram suas propostas desclassificadas e apresentaram recursos. Na oportunidade foi facultada a apresentação de alegações escritas, no prazo de 3 dias. Apresentadas as razões dos recursos, notificados os representantes das empresas os representantes das empresas **CONSERV CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME, ITACOOP COOPERATIVA E TRANSPORTE ESCOLAR DE ITAPECURU MIRIM, D C N DOS SANTOS EIRELE - ME**, para que apresentem contrarrazões no prazo comum de 03 (três) dias úteis, estes se quedaram inertes. Era o que cabia relatar. **MÉRITO** Destaque-se, preliminarmente, que ao introduzir no nosso sistema jurídico a modalidade de pregão, como procedimento licitatório, a Lei n.º 10.520/2002 (Lei do Pregão) promoveu a **inversão de ordem entre as fases de habilitação e apresentação de proposta de preços**, incluindo a fase de negociação. Dentro dessa sistemática, o credenciamento se destina, basicamente, à comprovação, pelo licitante, da existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Nessa linha, prescreve o art. 4º, IV, da Lei do Pregão que **“no dia, hora e local designados, será realizada sessão pública para recebimento das propostas, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame”**. Não se confunde com a **habilitação**, destinada a verificar o cumprimento das exigências relativas à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista (Lei n.º 10.520/02, art. 4º, XII, XIII e XIV). Na hipótese, inexistente previsão de recurso contra a decisão que trata da classificação das propostas dos licitantes. Com efeito, segundo dispõe o art. 4º, XV, Lei n.º 10.520/02: **“verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será**

declarado vencedor”. Em face da celeridade buscada nos procedimentos licitatórios que tramitem sob a modalidade pregão, tal verificação se dará somente após conclusão das fases de preços, negociação e habilitação. Estando o processo na fase de preços e negociação, o recurso deve, pois, ser inadmitido. Quanto ao mérito, razão também não assiste aos recorrentes. Conforme se vê dos autos, inobstante o alegado, verifica-se que as mesmas deixaram de atender as exigências contidas no item 5.1 do Edital, devendo, por essa razão, ser negado provimento aos respectivos recursos. **DECISÃO** Nos termos da fundamentação *supra*, a Comissão, por unanimidade, decide pelo recebimento do recurso, ante a sua tempestividade, e pelo seu IMPROVIMENTO, com a ressalva de sua inadmissibilidade, em razão da falta de previsão legal. Os autos serão encaminhados à autoridade Superior para decisão, cuja publicação deste julgamento será feita na forma da Lei e permanecem com vista franqueada aos interessados.

Morros (MA), 13 de dezembro de 2017. PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO. ARLYSON DAVID SILVA FERREIRA ZILDENIR ESCOCIO GONÇALVES MARCIO HENRIQUE ARAUJO GONÇALVES

Autor da Publicação: Ribamar Cardoso

Aviso

AVISO DE CONVOCAÇÃO. PP 035/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 035/2017/CPL/MORROS - MA. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0409.038/2017 A Prefeitura Municipal de Morros - MA, através do Pregoeiro e sua equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados e convocam os licitantes habilitados a Empresa ITACOOP COOPERATIVA E TRANSPORTE ESCOLAR DE ITAPECURU MIRIM, CNPJ: 07.813.177/0001-56, representado pelo Sr. Pedro de Jesus Viana Veloso, CPF 4004803803-68 e a Empresa D C N DOS SANTOS EIRELI - ME, CNPJ: 11.983.714/0001-83, representada pela Sra. Dayse Caroline Nascimento dos Santos, CPF 002.655.71-40, que participaram do Pregão Presencial 035/2017, que tem como objeto o Registro de Preços para a Eventual Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Locação de Veículos para o Transporte Escolar da Rede Municipal de Ensino do Município de Morros/MA cujo certame se deu às 11h00min (onze) horas, do dia 31 de outubro de 2017, para que no dia 19/12/2017, às 09:00 horas, na Prefeitura Municipal de Morros - MA, com endereço na Avenida Dr. Paulo Ramos, S/N, Sala B, Centro - Morros/MA, CEP 65160-000 seja procedida a continuação da Fase de Lances referente as Propostas de Preços apresentadas e em seguida a análise e julgamento do envelope “2” - Habilitação, contendo os documentos das Empresas classificadas. Comunique-se a recorrente. Efetuem-se as publicações de praxe. **Morros - MA, em 14 de dezembro de 2017. Arlyson David Silva Ferreira. Pregoeiro Oficial.**

Autor da Publicação: Ribamar Cardoso

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL 043/2017

A Prefeitura Municipal de Morros/MA, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL torna público, para conhecimento dos interessados, conforme consta em Ata, que o referido Pregão, com abertura marcada para o dia 14/12/2017, às 09h00min não houve comparecimento de

licitante, sendo a sessão considerada como **DESERTA**, portanto torna-se inviável a continuação do presente certame. Morros /MA 14 de Dezembro de 2017. **Arlyson David Silva Ferreira** - Pregoeiro

Autor da Publicação: Ribamar Cardoso

Julgamento

RESULTADO DE JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2017

Tornamos público o resultado do Pregão Presencial nº 041/2017, do tipo menor preço por item, objetivando o Registro de Preços para a Eventual Contratação de empresa especializada no Fornecimento de Enxovais atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Morros/MA, tendo como vencedora a empresa: **Arco Yris Comércio EIRELLI, CNPJ: 26.374.448/0001-69, situada Avenida Maria Alice, N 02, Quadra L, Lote 01 e 02, Olho D'água, São Luis/MA, CEP 65.068-095**, considerada vencedora do certame. 1º: **Arco Yris Comércio EIRELLI, CNPJ: 26.374.448/0001-69, situada Avenida Maria Alice, N 02, Quadra L, Lote 01 e 02, Olho D'água, São Luis/MA, CEP 65.068-095**.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	UNID	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	BANHEIRA EM PLÁSTICO RESISTENTE 20 LITROS (ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO COTA DE 75%)	UNIDADE	1.125	R\$ 55,00	R\$ 61.875,00
2	BANHEIRA EM PLÁSTICO RESISTENTE 20 LITROS (ITEM EXCLUSIVO A ME E EPP COTA DE 25%)	UNIDADE	375	R\$ 55,00	R\$ 20.625,00
3	FRALDA DESCART. INF. P ATÉ 5 KG PCT C/10 (ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO COTA DE 75%)	PACOTE	1.500	R\$ 39,80	R\$ 59.700,00
4	FRALDA DESCART. INF. P ATÉ 5 KG PCT C/10 (ITEM EXCLUSIVO A ME E EPP COTA DE 25%)	PACOTE	500	R\$ 39,80	R\$ 19.900,00
5	FRALDA DE PANO BR PACT C/ 5 UN 65X65 (ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO COTA DE 75%)	PACOTE	1.500	R\$ 39,80	R\$ 59.700,00

6	FRALDA DE PANO BR PACT C/ 5 UN 65X65 (ITEM EXCLUSIVO A ME E EPP COTA DE 25%)	PACOTE	500	R\$ 39,80	R\$ 19.900,00
7	MIJÃO SIMPLES	UNIDADE	2.100	R\$ 13,50	R\$ 28.350,00
8	TOALHA DE BANHO C/ CAPUZ	UNIDADE	1.500	R\$ 30,00	R\$ 45.000,00
9	PAGÃO COMPLETO (ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO COTA DE 75%)	UNIDADE	1.275	R\$ 90,00	R\$ 114.750,00
10	PAGÃO COMPLETO (ITEM EXCLUSIVO A ME E EPP COTA DE 25%)	UNIDADE	425	R\$ 90,00	R\$ 38.250,00
11	CHUPETA BICO SILICONE	UNIDADE	1.000	R\$ 30,00	R\$ 30.000,00
12	CAMISA INFANTIL DE 0 A 6 ANOS C/ OU S/ MANGA EM MALHA DE ALGODÃO PENTEADO S/ ESTAMPA	UNIDADE	1.500	R\$ 41,00	R\$ 61.500,00
13	PAR DE MEIA INFANTIL	PAR	1.100	R\$ 10,00	R\$ 11.000,00
14	CUEIRO BERCINHO LISO 50CM X 80CM PCT C/03 UND/NEUTRO	PACOTE	1.200	R\$ 40,00	R\$ 48.000,00
15	MANTA DUPLA FACE BERCINHO MALHA ESTAMPADO/LISO 90CM X 90CM PCT C/01 UND/PEIXINHO (ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO COTA DE 75%)	UNIDADE	900	R\$ 78,00	R\$ 70.200,00
16	MANTA DUPLA FACE BERCINHO MALHA ESTAMPADO/LISO 90CM X 90CM PCT C/01 UND/PEIXINHO (ITEM EXCLUSIVO A ME E EPP COTA DE 25%)	UNIDADE	300	R\$ 78,00	R\$ 23.400,00
17	KIT MAMADEIRA COM 3 UND - 250ML. 160ML. E 70ML	KIT	1.200	R\$ 52,00	R\$ 62.400,00
18	TALCO BARLA 80G	UNIDADE	1200	R\$ 10,00	R\$ 12.000,00
19	POMADA PARA ASSADURA 45G	UNIDADE	1000	R\$ 52,00	R\$ 52.000,00

TOTAL DA PROPOSTA: R\$ 838.550,00 (oitocentos e trinta e oito mil e quinhentos e cinquenta reais). Comunica assim o resultado final do Procedimento, levando em conta o interesse público e Administrativo. Morros - MA, 15 de Dezembro de 2017. **Arlyson David Silva Ferreira** - Pregoeiro Oficial

Autor da Publicação: Ribamar Cardoso

NORMAS E ORIENTAÇÕES DE PUBLICAÇÃO

A Constituição Federal permite que cada município, como ente federado, possa se auto-organizar administrativamente (Art. 18 da CF/88) por meio de suas leis (arts. 29, 20, I, da CD/88)

A Lei Federal nº 8.666/93, no seu art. 6º, inciso XIII, conceitua imprensa oficial e declara que: “para a União é o Diário Oficial da União e para os Estados, Distrito Federal e Municípios, é o que for definido em suas leis.”

O Diário Oficial do Município foi criado através da Lei Municipal que a prefeitura enviou para aprovação na Câmara Municipal.

O art. 48 da Lei Complementar nº. 101/00 considera o meio eletrônico como um instrumento de transparência da gestão fiscal.

A Lei nº 10.520/2002, no seu art. 4º, determina que a publicação do aviso de licitação, independentemente do seu valor, deve ser publicado no Diário Oficial do respectivo município.

COMO FAZER A PUBLICAÇÃO DOS ATOS MUNICIPAIS NO SISTEMA DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Acesse [este link](#) para entender como funciona o sistema de publicação.

DA PUBLICAÇÃO:

A publicação do Diário Oficial do Município será exclusivamente através do site: diario.morros.ma.gov.br

O mesmo poderá ser impresso apenas baixando diariamente o PDF da sua publicação.

A produção e circulação do diário obedecerão ao seguinte:

DA INCLUSÃO DO CONTEÚDO NO SISTEMA DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO:

DA DATA:

O município pode inserir suas publicações dentro do sistema do diário até as 22:00hs do dia corrente.

DA PUBLICAÇÃO:

As publicações sempre acontecerão às 5:00hs do dia seguinte.

OBS.: Lembrando que todo e qualquer conteúdo incluso pelo município no dia corrente para publicação dentro do sistema do Diário Oficial do Município, só será publicado no próximo dia útil, obedecendo assim os feriados nacionais e finais de semana.

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- Formato: 21 x 29,7 cm (fechado)
- Cor: Preto e Branco
- Fonte: tamanho 8,5
- Número de Páginas: Determinado pela demanda
- Publicação: Diária

DO RECEBIMENTO:

- O conteúdo deverá ser enviado pela internet por meio da

utilização da ferramenta de publicação do diário que já se encontra disponível no site: diario.morros.ma.gov.br ;

- Todo o material enviado para publicação deverá ser realizado por meio de um funcionário da prefeitura previamente autorizado e capacitado para utilização do sistema;

A FORMATAÇÃO:

O conteúdo inserido pelo município no sistema do diário, deverão obedecer à seguinte formatação: o editor de textos utilizado deve ser o “Word”; o corpo da letra (tamanho) será 8,5cm; usar espaçamento simples entre linhas; texto na cor preta (automática); selecionar fonte (estilo) Arial, com alinhamento justificado.

DA PUBLICAÇÃO:

- As publicações oficiais do município serão distribuídas no diário por ordem alfabética dos atos administrativos;
- O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade do município que inseriu o material no sistema do diário para publicação;
- A publicação no Diário Oficial do Município substituirá as demais publicações impressas, para todos os efeitos legais, exceto para os editais de licitação na modalidade tomada de preços e concorrência, os quais, conforme disposto na Lei Federal nº 8.666/93, devem ser publicados também em diário de grande circulação.
- Algumas publicações ainda deverão ser realizadas pela Imprensa Oficial do Estado ou da União, quando se tratar de convênios ou outra forma de parceria com esses outros entes federativos.
- O Diário Oficial do Município será publicado no site simultaneamente à publicação impressa.
- O Diário Oficial do Município não circulará aos sábados, domingos e feriados.

DA DISTRIBUIÇÃO:

- O município disponibiliza todos os exemplares do Diário Oficial do Município em seu site: diario.morros.ma.gov.br;

DO ARMAZENAMENTO:

- O material finalizado será armazenado em nuvem no ambiente tecnológico contratado e em encadernações mensais;
- Os e-mails recebidos também serão armazenados em nuvem em espaço de acesso restrito;
- O material também ficará acessível para consultas no site: diario.morros.ma.gov.br

Obs.: A aceitação dos atos administrativos divulgados neste diário estão condicionadas à verificação de sua autenticidade na Internet.

ATOS QUE PODEM SER PUBLICADOS NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO E ATOS QUE DEVEM SER PUBLICADOS EM OUTROS VEÍCULOS DE PUBLICAÇÃO

SÃO VEÍCULOS DE DIVULGAÇÃO DE ATOS:

I) VEÍCULOS OFICIAIS:

- a) Diário Oficial da União;

b) Diário Oficial do Estado;

c) Diário Oficial do Município, impressos ou eletrônicos.

II) VEÍCULOS PRIVADOS:

a) Jornal diário de circulação nacional;

b) Jornal diário de grande circulação no Estado;

c) Jornal diário de circulação regional;

d) Jornal diário de circulação local.

III) INTERNET:

a) Sites oficiais; e

b) Sites privados.

ATOS ADMINISTRATIVOS QUE DEVEM SER PUBLICADOS E OS VEÍCULOS A SEREM UTILIZADOS:

I - AVISOS DE ABERTURA DE LICITAÇÕES:

a) Obrigatoriedade de publicar o extrato dos editais de tomada de preços e concorrência no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, quando se tratar de obras e serviços de engenharia com RECURSOS FEDERAIS (art. 21, § 4º da Lei Federal 8.666/93) e os de pregão quando o convênio ou o Decreto Municipal dispuser a respeito (art. 17, I, II, III do Decreto Federal 5.450/05), e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial do Município;

b) Obrigatoriedade de publicar o extrato dos editais de tomada de preços, concorrência, leilão e concurso no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO (art. 21, § 4º, inciso II da Lei Federal 8.666/93) e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial do Município;

c) Obrigatoriedade de publicar o extrato dos editais de tomada de preços, concorrência, leilão e concurso no JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO (art. 21, § 4º, inciso III da Lei Federal 8.666/93) e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial do Município;

d) Obrigatoriedade de publicar o extrato dos editais de tomada de preços, concorrência, leilão e concurso no JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL OU REGIONAL (art. 21, § 4º, inciso III da Lei Federal 8.666/93) e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial do Município;

e) Obrigatoriedade de publicar os editais de pregão na INTERNET e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial do Município;

f) Obrigatoriedade de divulgar a realização de audiência pública que deve anteceder a licitação ou conjunto de licitações em valores superiores a 100 vezes o limite estabelecido para a modalidade de concorrência nos mesmos meios de divulgação do edital respectivo;

g) OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAR AS ALTERAÇÕES DOS EDITAIS de nos mesmos meios de divulgação do edital respectivo (art. 21, § 4º da Lei Federal 8.666/93).

II - DEMAIS ATOS DECORRENTES DA APLICAÇÃO DA LEI DE

LICITAÇÕES:

a) Obrigatoriedade de divulgação dos editais de convite no mural da Prefeitura (art. 21 e 22, § 3º da Lei Federal 8.666/93) e DEVERÃO também ser publicados na íntegra no Diário Oficial do Município;

b) Obrigatoriedade de divulgação da relação mensal de compras (art. 16 e art. 24, IX da Lei Federal 8.666/93) no mural da Prefeitura ou na Imprensa Oficial do Município, que neste caso, depois de aprovada a Lei Municipal será o Diário Oficial do Município;

c) Obrigatoriedade de divulgar na Imprensa Oficial do Município, que pode ser o Diário Oficial do Município e no jornal diário de grande circulação no Estado, o chamamento público para registro cadastral (art. 34, § 1º da Lei Federal 8.666/93);

d) Obrigatoriedade de divulgar na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial do Município) a RATIFICAÇÃO DAS DISPENSAS E DE INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO e o retardamento da execução de obra ou serviço (arts. 8º, 17, § 2º e 4º, 24, 25 e 26 da Lei Federal 8.666/93);

e) Obrigatoriedade de divulgar o extrato de contratos, ajustes e convênios e seus RESPECTIVOS ADITIVOS (art. 61, parágrafo único da Lei Federal 8.666/93) na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial do Município);

f) Obrigatoriedade de divulgar as intimações dos julgamentos das fases de habilitação e de propostas, quando não estiverem todos os licitantes presentes no ato que adotou a decisão, da anulação e revogação de licitações e da rescisão de contratos (art. 109, § 1º, alíneas a e b da LF 8.666/93), na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial do Município);

g) Obrigatoriedade de divulgar a justificativa do pagamento fora da ordem cronológica (art. 5º da Lei Federal 8.666/93) na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial do Município);

h) Obrigatoriedade de divulgar os preços registrados (art. 15, § 2º da Lei Federal 8.666/93) na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial do Município);

i) Obrigatoriedade de divulgar as decisões de impugnações de editais, as decisões de recursos, os atos de cancelamento, adiamento, adjudicação e homologação de licitações, convocação para sorteio e demais avisos e decisões ocorridas no curso do procedimento licitatório aos licitantes, o que pode ser feito através do Diário Oficial do Município. Caso envolva recursos federais, deverá também ser publicado no Diário Oficial da União, e na hipótese de envolver recursos do Estado do Maranhão, no Diário Oficial do Estado do Maranhão.

III - OUTROS ATOS OFICIAIS QUE PODEM E DEVEM SER DIVULGADOS POR MEIO DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO:

Poderão ser publicados na íntegra no Diário Oficial do Município:

a) as Leis Municipais e demais atos resultantes do processo legislativo das Câmaras Municipais, tais como, projetos de lei e vetos;

b) os Decretos e outros atos normativos baixados pelos Prefeitos e Presidentes das Câmaras Municipais, tais como portarias, resoluções, instruções normativas, orientações normativas;

c) os atos dos Secretários Municipais, baixados para a execução de normas, com exceção dos de interesse interno dos municípios, tais como: despachos circulares, ordens de serviço, licenças diversas, alvarás, entre outros;

d) atos administrativos cuja publicidade seja obrigatória nos termos da legislação federal, conforme antes apontado, bem como da legislação municipal;

e) atos administrativos diversos emanados de qualquer órgão municipal, inclusive conselhos de políticas públicas, tais como pautas, atas, pareceres;

f) atos relacionados à área de recursos humanos, a exemplo de: atos relacionados a concurso público (edital, homologação de inscrições, resultado e classificação de aprovados, decisões de recursos, homologação do concurso, convocação para posse e nomeação), aposentadoria, aproveitamento, demissão, exoneração, falecimento, nomeação de servidores efetivos, comissionados e temporários, promoção, recondução, reintegração, reversão, readaptação, transferência, inclusive a nomeação de comissões de sindicância e processo administrativo disciplinar e demais atos passíveis de publicação decorrentes destes processos;

g) atos decorrentes da aplicabilidade da Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda que não sejam de publicidade obrigatória, tais como parecer prévio do controle interno, planos, prestação de contas, relatórios de gestão fiscal (publicidade obrigatória), relatórios resumidos da execução orçamentária (publicidade obrigatória) e versões simplificadas desses documentos. Os atos de publicidade obrigatória, acima referidos, deverão ser divulgados de modo a permitir o mais amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico, jornal local ou Diário Oficial, juntamente com a fixação no mural dos órgãos.

IV - ATOS QUE DEVEM SER PUBLICADOS NA HOMEPAGE CONTAS PÚBLICAS DO TCU (LEI FEDERAL 9.755/98):

a) balanço consolidado das contas dos municípios, suas autarquias e outras entidades;

b) balanços do exercício anterior;

c) orçamentos do exercício;

d) quadros baseados em dados orçamentários, demonstrativos de receita e despesa;

e) ratificações das dispensas e inexigibilidades (obrigatório divulgar na Imprensa Oficial);

f) recursos repassados voluntariamente;

g) relação de compras (obrigatório divulgar na Imprensa Oficial);

h) relatórios resumidos da execução orçamentária – demonstrativos bimestrais;

i) resumos dos instrumentos de contrato e de seus aditivos (obrigatório divulgar na Imprensa Oficial);

j) tributos arrecadados.

Todos estes atos também podem ser publicados no Diário Oficial do Município para dar maior transparência à gestão municipal.

**A seguir, quadro resumo sobre os atos e veículos de publicação*

ATO	BASE LEGAL	DOM	DOE	DOU	JGCE	JGL/R	WEB	HOME	MURAL
LICITAÇÕES									
Aviso de Tomada de Preços, Concorrência, Concurso e Leilão.	Art. 21 da Lei 8.666/93	X	X	X	X	X			
						(Obras com recursos federais)			
						OBRIGATÓRIO			
Chamamento do registro cadastral	Art. 34 da Lei 8.666/93	X			X				
Os atos a seguir, se publicados no Diário Oficial do Município que é a imprensa oficial do Município, não precisam ser publicados em outro jornal.									
Aviso de Convite	Art. 21 e 22, §3º da Lei 8.666/93	X							X
Aviso de Pregão	Lei 10.520/2002	X					X		
Relação mensal de Compras	Art. 16 da Lei 8.666 e Lei 9.755/98	X						X	X
Ratificação de dispensa	Art. 66 da Lei 8.666 e Lei 9.755/98	X						X	
Ratificação de Inexigibilidade	Art. 26 da Lei 8.666 e Lei 9.755/98	X						X	
Retardamento da execução de obras ou serviços	Art. 26 da Lei 8.666/93	X							
Extrato dos contratos, ajustes e convênios	Art. 61 da Lei 8.666/93 e Lei 9.755/98	X						X	
Decisão habilitação e classificação de Propostas se ausentes licitantes no ato licitatório.	Art. 109 da Lei 8.666/93	X							
Justificativa de pagamento fora da ordem cronológica	Art. 5º da Lei 8.666/93	X							
Preços registrados	Art. 15 da Lei 8.666/93	X							
Decisão de impugnação de editais	Art. 41 da Lei 8.666/93	X							
Decisão de recursos	Lei 8.666/93	X							
Revogação de Licitação	Lei 8.666/93	X							
Anulação de Licitação	Lei 8.666/93	X							
Adjudicação de Licitação	Lei 8.666/93	X							
Convocação de Licitação	Lei 8.666/93	X							
Apostilas	Art. 61 da Lei 8.666/93 e Lei 9.755/98	X							
GESTÃO FISCAL									
RREO	Art. 52 da LC 101/2000	X				X	X		X
RGF	Art. 55 e 63 LC 101/2000	X				X	X		X
PROCESSO LEGISLATIVO									
Projetos de Lei	Art. 37 CF	X							
Vetos	Art. 37 CF	X							
Leis	Art. 37 CF	X							
Decretos	Art. 37 CF	X							
Portarias	Art. 37 CF	X							
Resoluções	Art. 37 CF	X							
Instruções Normativas	Art. 37 CF	X							
Orientações Normativas	Art. 37 CF	X							
ATOS ADMINISTRATIVOS DIVERSOS									
Ordens de Serviços	Art. 37 CF	X							
Pareceres	Art. 37 CF	X							
Licenças Municipais	Art. 37 CF	X							
Despachos	Art. 37 CF	X							

Circulares	Art. 37 CF	X							
Atas de Conselhos	Art. 37 CF	X							
Balço do exercício anterior	Lei 9.755/98	X						X	
Balço consolidado	Lei 9.755/98	X						X	
Orçamento do exercício	Lei 9.755/98	X						X	
Quadro demonstrativo da Receita e despesa	Lei 9.755/98	X						X	
Rec. repassados voluntariamente	Lei 9.755/98	X						X	
Tributos arrecadados	Lei 9.755/98	X						X	
ÁREA DE PESSOAL									
Edital de Concurso Público	Art. 37 CF	X							
Homologação de insc. Conc. Público	Art. 37 CF	X							
Resultado e classif. Conc. Público	Art. 37 CF	X							
Decisão de recursos em Conc. Público	Art. 37 CF	X							
Homologação de Conc. Público	Art. 37 CF	X							
Convocação p/ posse e nomeação	Art. 37 CF	X							
Aposentadoria de servidores	Art. 37 CF	X							
Demissão de servidores	Art. 37 CF	X							
Aproveitamento de servidores	Art. 37 CF	X							
Exoneração de servidores	Art. 37 CF	X							
Falecimento de servidores	Art. 37 CF	X							
Nomeação de servidores	Art. 37 CF	X							
Promoção de servidores	Art. 37 CF	X							
Recondução de servidores	Art. 37 CF	X							
Reintegração de servidores	Art. 37 CF	X							
Reversão de servidores	Art. 37 CF	X							
Readaptação de servidores	Art. 37 CF	X							
Transparência de servidores	Art. 37 CF	X							
Cessão de servidores	Art. 37 CF	X							